

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM
Curso de Especialização em Educação Especial

**ASPECTOS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA
RELACIONADA À EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS
CLASSES REGULARES DE ENSINO**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Fátima Marinho Gomes

Santa Maria, RS, Brasil
2010

**ASPECTOS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA
RELACIONADA À EDUCAÇÃO INCLUSIVA
NAS CLASSES REGULARES DE ENSINO**

por

Fátima Marinho Gomes

Artigo Monográfico apresentado ao Curso de Especialização em Educação Especial, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,RS) como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação Especial.

Orientadora: MSc. **Caroline Fortes Chequim**

**Santa Maria, RS, Brasil
2010**

**Universidade Federal de Santa Maria
Curso de Especialização em Educação Especial**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova o artigo monográfico

**ASPECTOS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA
RELACIONADA À EDUCAÇÃO INCLUSIVA
NAS CLASSES REGULARES DE ENSINO**

elaborada por

Fátima Marinho Gomes

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Educação Especial

COMISSÃO EXAMINADORA:

(Presidente/Orientador)

Santa Maria, junho de 2010.

RESUMO

Artigo Monográfico
Curso de Especialização em Educação Especial
Universidade Federal de Santa Maria

ASPECTOS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA RELACIONADA À EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS CLASSES REGULARES DE ENSINO

AUTORA: FÁTIMA MARINHO GOMES

ORIENTADOR: CAROLINE CORRÊA FORTES CHEQUIM

Data e Local da Defesa: Santa Maria, junho de 2010.

Esta pesquisa tem como objetivo investigar sobre a inclusão do aluno com Síndrome de Down à dinâmica da sala de aula do ensino regular. O objetivo geral do artigo foi a descrever e refletir sobre as dificuldades, os limites e as possibilidades de atuação do professor que tem aluno com deficiência na classe de ensino regular. A metodologia da pesquisa teve como instrumentos de coleta de dados a observação dos alunos nas duas classes escolhidas, entrevista e conversas informais com duas professoras, buscando conhecer a prática pedagógica do ponto de vista do professor. Os resultados evidenciaram que mesmo as professores apoiarem as iniciativas da inclusão de alunos com deficiência nas classes regulares, reconhecem que esta prática ainda ocorre de forma bastante precária, havendo necessidade de necessidade da realização de adaptações pedagógicas e curriculares. .

Palavras-chave: Inclusão. Práticas pedagógicas. Aprendizagem.

ABSTRACT

This research aims to investigate the inclusion of students with Down syndrome to the dynamics of the classroom of regular education. The overall objective of the article was to describe and reflect on the difficulties, the limits and possibilities of teacher performance that have disabled students in regular education class. The research methodology was data collection instruments to observe the students in the two chosen classes, interviews and informal conversations with two teachers, learning about teaching practice from the standpoint of the teacher. The results showed that even the teachers supported the initiatives of the inclusion of students with disabilities in regular classes, recognize that this practice still occurs in a very precarious, requiring the need to make adjustments to teaching and curriculum. .

Keywords: Inclusion. Learning. Special Needs.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 MATERIAL E MÉTODOS	8
2.1 A pesquisa	8
2.2 O local da investigação.....	8
2.3 População	8
2.4 Instrumentos.....	9
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	22
ANEXOS	24

1 INTRODUÇÃO

A importância da inclusão é incontestável. Entretanto, poucos percebem que incluir é dar educação, apesar de todos os obstáculos que possam surgir. O pensar e o repensar constantes sobre o papel da educação inclusiva em relação à criança, com deficiências é uma das pautas de discussão da modernidade.

A linha de ação proposta pela Declaração de Salamanca (1994) é que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras, ou seja, a escola precisa ter, como proposta fundamental, uma pedagogia centralizada na criança.

Todas as crianças, sempre que possível, devem aprender juntas, independentemente de suas dificuldades e diferenças e freqüentarem a escola mais próxima de sua casa. Por outro lado, toda escola deve oferecer oportunidades iguais e facilitar a integração social de pessoas com deficiência, proporcionando também educação continuada para deficientes adultos. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

Mas a escola está estruturada para trabalhar com a homogeneidade e nunca com a diversidade. (Pereira,2009) O que ocorre normalmente, é que nem todas as escolas oferecem oportunidades iguais e facilitam a integração de pessoas com deficiência porque não estão realmente preparadas devido a um conjunto de fatores, tais como a falta de qualificação dos professores, pouca conscientização dos envolvidos e inadequação física da escola.

Nesta perspectiva pretendeu-se com este estudo responder ao seguinte questionamento: quais os aspectos da prática pedagógica relacionada à educação inclusiva nas classes regulares de ensino? Para tanto formulou-se como objetivo geral da pesquisa descrever e refletir sobre as dificuldades, os limites e as possibilidades de atuação do professor que tem aluno com deficiência na classe de ensino regular, a partir da observação da maneira os professores desenvolvem seu trabalho para atender o aluno com deficiência, tendo que cumprir um currículo que não é específico para aquele aluno.

O tema investigado partiu do interesse em conhecer como, se desenvolve a prática pedagógica do ponto de vista da sala de aula, com relação a aprendizagem do aluno com deficiência em turmas regulares de uma escola da rede pública

estadual, tendo em vista que os professores para oferecerem uma aprendizagem efetiva ainda encontram dificuldades devido à falta de flexibilização do currículo, instrumentos didáticos e suportes pedagógicos capazes de proporcionar condições necessárias ao desenvolvimento da aprendizagem dessas crianças.

2 MATERIAL E MÉTODOS

2.1 A pesquisa

Este é um estudo de caso que se caracteriza como sendo do tipo descritivo, como proposta metodológica será do tipo qualitativa, realizado em duas classes de ensino regular com inclusão do aluno com deficiência, com uma abordagem de caráter descritivo para a coleta e organização dos dados. Para Borgdan e Biklen (1994) os dados coletados na pesquisa qualitativa são predominantemente descritivos obtidos por meio do contato direto do pesquisador com o ambiente estudado. Para Gonsalves (2001) o Estudo de Caso pode ser caracterizado por um tipo de pesquisa que privilegia um caso particular, uma unidade significativa, considerada suficiente para a análise de um fenômeno, destaca ainda que este tipo de pesquisa deve realizar um exame minucioso de uma experiência e objetiva colaborar na tomada de decisões sobre um problema.

A partir da problemática deste trabalho que é conhecer os aspectos da prática pedagógica na classe regular com aluno com deficiência, o contato direto com os professores mostra-se relevante para coleta dos dados.

2.2 O local da investigação

A pesquisa foi realizada em duas turmas de ensino regular, na cidade de Conselheiro Lafaiete, nos momentos do cotidiano em sala de aula.

2.3 População

Os sujeitos pesquisados foram dois professores que têm em suas classes alunos com deficiência. Os sujeitos pesquisados são regentes de duas turmas, com formação em Pedagogia e cujos alunos têm idade média de 8 anos, os quais também fizeram parte dos resultados aqui obtidos. Foram coletados dados apenas de dois informantes sendo os dados apresentados de forma descritiva, facilitando a compreensão do tema estudado.

2.4 Instrumentos

Para a coleta de dados foi utilizada a técnica de observação, conversas informais e entrevista, com 2 professoras de uma escola que atende crianças com deficiências nas classes de ensino regular na cidade de Conselheiro Lafaiete-MG, sendo proposta a observação dos professores, alunos e comunidade escolar.

Quanto à observação Bogdan & Biklen (1994, p. 68) afirmam que “os investigadores qualitativos tentam interagir com os seus sujeitos de forma natural, não intrusiva e não ameaçadora; mas estão interessados no modo como as pessoas normalmente se comportam e pensam nos seus ambientes naturais(...)”.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O direito à educação tem sido expresso em termos tais que sua interpretação comporta ações distorcidas e limitadoras, que podem impedir ao indivíduo com deficiência ter acesso à educação, garantido já na Declaração Universal de Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948, quando se estabeleceu a “urgência de ser o ensino ministrado, no sistema comum de educação a todas as crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais.”

A partir de então a situação começou a mudar tornando-se a educação especial um marco internacional a partir da “Declaração de Salamanca e Linha de Ação”, elaborada na cidade de Salamanca, na Espanha, em junho de 1994, que também orienta que o planejamento oficial da educação de todas as pessoas, de todas as regiões do país e de qualquer condição econômica ocorra em qualquer escola.

A Declaração Universal de Direitos Humanos dá ênfase à cooperação do Banco Mundial, OMS, OIT, UNESCO e UNICEF, para que apoiem todo debate sobre educação especial e estimulem a comunidade acadêmica a intensificar a pesquisa, a criar sistemas de intercâmbio e centros regionais de informação e documentação.

A inclusão é uma preocupação humana, necessitando antes de tudo, de respostas humanizadas que obviamente se refletem e refletirão no futuro de seres humanos. Seres humanos, estes, que independentemente das suas condições e potenciais, tem direitos às mesmas oportunidades de inserção, inclusão e realização psicossocial. (FONSECA, 1995, 2000)

Em meio à discussão sobre inclusão e participação das crianças com deficiência na sociedade, a questão da cidadania surge como tema de consideração em todo o universo. Essa questão leva os profissionais que atuam com essas crianças, a se posicionarem no que diz respeito à educação inclusiva.

Percebe-se que ainda é um desafio para esses profissionais é descobrir meios que venham propiciar, assegurar e incentivar a aprendizagem o direito à cidadania, por parte dessas crianças com deficiência.

Segundo Fonseca (1995, p. 9):

o deficiente é uma pessoa com direitos. Existe, sente, pensa e cria. Tem uma limitação corporal ou mental que pode afetar aspectos de comportamento, aspectos estes muitas vezes atípicos, uns fatores e adaptativos, outros fracos e pouco funcionais, que lhe dão um perfil intra-individual peculiar. Possui igualdade discrepâncias no desenvolvimento biopsicossocial, ao mesmo tempo que aspira a uma relação de verdade e de autenticidade e não a uma relação de coexistência conformista e irresponsável

Deve-se ter em mente que a inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais não deve ser uma inclusão simbólica nas escolas de ensino regular mas que seja uma inclusão real e para isso em nossa prática pedagógica é difícil porque ainda não estamos preparados para que aconteça a verdadeira inclusão.

E para se tornar possível uma política de inclusão, é fundamental que se aumentem as oportunidades educacionais. Os programas e os currículos terão de ser realmente diferentes, para serem adaptados às necessidades educacionais específicas dos alunos. (FONSECA, 1995)

Na verdade, a inclusão é um desafio à capacidade dos professores. Carvalho (1998, p. 133) comenta sobre essa dificuldade dos professores:

a educação precisa ser entendida como bem de consumo essencial ao cidadão, servindo-lhe como instrumento de luta para a melhoria de suas condições de vida, na medida em que desenvolve sua capacidade de aprender a aprender e de saber pensar. Talvez os grandes agentes de mudança sejam os professores, particularmente os que lecionam na educação fundamental. Até porque grande parte da produção da deficiência tem sido a eles imputada pela fraca assunção de seus papéis como profissionais da aprendizagem, em vez de profissionais de ensino. A produção da deficiência não se limita aos alunos que apresentam distúrbios de aprendizagem, que são percebidos e tratados como deficientes "reais".

Isto leva à reflexão que a escola não pode ter como função apenas educar baseando-se simplesmente em um programa escolar, apesar de ser necessário o domínio de algum conhecimento, o mais importante é que a escola esteja voltada para um processo de desenvolvimento global dos educandos mesmo aqueles que tenham deficiência.

Para haver inclusão é necessário haver um sentimento profundo de que isso é possível e Coll (1995, p. 19) nos esclarece isso da seguinte forma:

A educação dos alunos com necessidades especiais na escola regular não é, portanto, um assunto que possa ser resolvido através de formulações legais. É além disso e principalmente, um objetivo que deve ser abordado sob as perspectivas, não somente as que tem relação com o sistema educacional, mas também com a sociedade, é um longo e laborioso processo que exige um esforço sustentado para que todos os fatores que estão em ação contribuam positivamente no resultado global. Estes fatores não podem ser abordados de forma isolada nem podem ser vistos de maneira estática. Pelo contrario, estão estreitamente relacionados uns com os outros e em constante evolução, dependendo das respostas que, em cada momento, cada um deles apresenta. Neste dinamismo reside uma de suas características principais e a razão da necessidade de uma avaliação permanente.

Através de uma prática pedagógica direcionada para as necessidades do aluno com deficiência e da interação de um acompanhamento especializado, pode-se contornar o problema de aprendizagem desta criança.

Observou-se que ao ser questionada sobre o fato de trabalhar numa escola regular, onde estão também os alunos portadores de necessidades especiais como você trabalha com a educação inclusiva, a professora A respondeu: *“trabalho com muita vontade de mudar e de ajudar a essas crianças, porém, sinto que às vezes é muito difícil dar conta de atendê-los e também as demais crianças da turma ao mesmo tempo.”*

Já a professora B disse:

Eu, trabalho com certa dificuldade em algumas situações, mas, também com muita certeza de que tudo vai dar certo. Procuo trabalhar com tranqüilidade, paciência e principalmente com muita atenção e carinho com essas crianças. Quando não sei como agir, procuro ajuda de outras pessoas e me informo através de estudos.

Percebe-se pela respostas que as professoras não se sentem preparadas para trabalhar com alunos com deficiência e para atuar com as necessidades educacionais especiais apresentadas por estes educandos.

É preciso que se confira a igualdade de oportunidades, considerando as diferenças e reduzindo a separação, através de metodologias adequadas, fazendo da escola o local do encontro com o outro, que é sempre e necessariamente diferente. (MANTOAN, 2009, p.4)

O desenvolvimento da prática pedagógica deve respeitar o desenvolvimento do aluno, com um trabalho gradativo, evitando-se passar bruscamente de situações de aprendizagem mais fáceis para problemas fáceis a muito difíceis, e a introdução de auxílios externos necessários em situações ou problemas novos, evitarão experiências de fracasso para a criança. Segundo o manual de Lições de Minas: Educação Inclusiva (2002)

A busca do potencial nas identidades individuais precisa percorrer um novo caminho, o paradigma da inclusão. Professores, pais, terapeutas e familiares, todas as demais pessoas da sociedade, precisam adotar os princípios do empoderamento, da autodeterminação e autodefesa, da vida independente, da autonomia, do modelo social da deficiência, cooperação e colaboração, da diversidade humana e das diferenças individuais.

O potencial que existe em cada pessoa, não importa o grau de severidade da sua condição. Dentro dessa perspectiva, torna-se necessário e importante o apoio principalmente da família, para que o educador não atue sozinho, passando a ignorar a situação, supondo que com o passar do tempo as dificuldades de aprendizagem serão superadas.

Temos de efetuar mudanças radicais nos nossos sistemas de educação, saúde, desenvolvimento social etc. As mudanças não são impossíveis, embora muitos aleguem isso. Como afirma Sailor (1981, p. 24), a questão fundamental é a atitude, ou seja, “se é algo que se deseja fazer, deve-se então começar a buscar meios de consegui-lo. Se é algo que você não deseja fazer, você começa a procurar desculpas para não fazê-lo.”

Na verdade não há muitas opções, apenas mudar ou permanecer estagnado. Nesta perspectiva é melhor pelo menos tentar mudar. De nada adianta ter atingido uma nova visão do potencial da criança com necessidades especiais senão se não for utilizada para efetuar mudanças.

Diante de todas essas afirmações ficou bem claro que está lançado o desafio para todos os profissionais da educação, não sabemos por onde começar mas temos que começar a buscar, pesquisar, aprender, refazer até encontrar a saída.

Na segunda pergunta as professoras foram questionadas sobre como os alunos do ensino comum recebem os alunos com necessidades especiais, a professora A respondeu “ *que os alunos recebem com muito carinho, sem rejeição e com respeito.* A professora B disse que “ *os alunos são recebidos com muita tranquilidade.*”

Percebe-se nessas falas que os alunos não demonstraram sentimentos negativos ante a presença da criança na classe. Pelo contrário, interessaram-se pelas atividades e pelas estratégias educativas implementadas para ajudá-lo, mostrando-se sensíveis diante de suas dificuldades e limitações.

Os professores relataram perceber que os alunos têm algumas dificuldades, mas não se assustam com eles e nem tampouco os excluem das brincadeiras, pois para as crianças, os padrões do ambiente escolar são difíceis de serem acatados, por exigirem maior compartilhamento social, definições de limites e maior atenção e concentração, podendo ocasionar problemas de adaptação e, por vezes, de aprendizagem caso sejam deixados de lado.

No cotidiano da sala de aula percebe-se que além das adaptações e adequações nos materiais didáticos a serem utilizados em sala de aula, para o desenvolvimento das habilidades essenciais do aluno, as professoras buscam motivar o aluno a ser o melhor que puder, proporcionando uma relação entre eles e os outros alunos, relação esta baseada em respeito e carinho e na consciência que somos diferentes.

Aos educadores, cabe a tarefa de explorar as diferenças, dando oportunidade aos alunos de experimentar e compreender a diversidade dentro de uma comunidade segura e protetora. (SASSAKI, 2002)

A terceira pergunta foi sobre a forma de relacionamento dos alunos com necessidades especiais com os outros alunos do ensino regular, e a professora A disse que:

aqueles que não tem muito comprometimento, como são os da nossa escola, se relacionam muito bem com os colegas, procurando imitá-los, contribuindo assim para o seu desenvolvimento.

Já a professora B disse o seguinte:

os alunos se entrosam muito bem, procurando se divertir de forma igual. A aluna com síndrome de Down, as vezes, não se relaciona muito bem porque se torna um pouco agressiva com as colegas.

Analisando as duas respostas, percebe-se que pode não ser tão fácil o relacionamento do aluno portador de necessidade especial com o aluno do ensino comum, porque às vezes o aluno portador de necessidade especial fica agressivo e o trabalho pedagógico pode ser afetado.

Nessa perspectiva trabalhando na escola com os alunos do ensino comum essa prática de respeito sem preconceito, as professoras sugerem aos pais que em casa também desenvolvam esse trabalho com as crianças normais, para mudar-se a própria postura em relação à deficiência e nós sabemos que não é nada fácil.

A quarta pergunta foi sobre os progressos com relação à aprendizagem que você nota nos alunos com necessidades especiais que freqüentam a escola regular e a professora A respondeu:

Percebo que ficam muito felizes e alguns momentos, mas, também tristes diante e situações em que se sentem incapazes de realizá-las, como os colegas, como por exemplo, brincadeiras de pique, queimada etc. mas, dependendo do problema da criança ainda é muito melhor estudar em uma escola inclusiva, como a nossa.

A professora B afirmou que “os alunos não são rejeitadas pelos colegas, acredito que eles “crescem” mais, procurando se “espelhar” nos colegas. Mas isso tudo só acontece, gradativamente, durante o ano letivo.”

Analisando as respostas das duas professoras, percebe-se que os alunos portadores de necessidades especiais são beneficiados pela condição de igualdade, observada no dia a dia da sala de aula, uma das características da educação inclusiva.

Muitas vezes nós melhoramos em alguns ambientes por estarmos juntos com alguém que nos estimula a melhorar. Assim crianças com deficiência também precisam ter o benefício do convívio social com os colegas da mesma idade, aprender a lidar com regras, com a estrutura e os limites de uma educação organizada, pois a escola representa a sociedade em que viverão quando adultos.(SASSAKI, 2002)

Percebe-se que o aluno com deficiência motiva o professor a uma constante reflexão sobre sua atuação pedagógica, obrigando-o a uma flexibilização constante para adaptar seu ensino à capacidade de aprendizagem do aluno, procurando

atender, às suas necessidades educacionais individuais. De acordo com Fonseca (1995, p. 209),

a educação alternativa é dentro da escola e não fora dela. Nesta base, a organização escolar dinamizar-se-ia, permitindo-lhe dar respostas às necessidades das crianças deficientes. A escola poderia fornecer mais objetivos comportamentais, mais instruções programadas, mais processos de gestão motivacional, mais currículos adequados, mais materiais didáticos, mais ajudas pedagógicas, mais processos de identificação precoce, mais e melhores meios de avaliação das necessidades educacionais das crianças etc. embora muitos professores sejam céticos e resistentes à integração de crianças deficientes ou diferentes, porque esperam que elas falhem mais freqüentemente) e além da organização tradicional das escolas por classes ou turmas dificultar a integração, todos os esforços deverão ser desenvolvidos com perseverança naquele sentido, independentemente de ser preciso muito tempo para o alcançar. O processo da integração não é fácil nem simples, só que não convém, quanto a nós, perder mais tempo com ações de integração tímidas e irrelevantes.

Na verdade, com a inclusão, certamente, um maior número da população será atendida sendo revisados os valores e os objetivos da educação. Isso, no entanto, proporcionará mais sucesso a mais crianças e as semelhanças e as diferenças dos valores culturais serão preservados.

Nas conversas com as professoras observou-se que às vezes sentem ambas tem dificuldade de lidar com a educação inclusiva, mas ao mesmo tempo, encaram como um desafio à prática pedagógica.

No que diz respeito aos recursos utilizados para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno com deficiência a professora A relata que: “*Utiliza além dos livros didáticos oferecidos, além de jornais, revistas, livros de literatura, Cds, filmes, sucatas etc..*”

Como se pode perceber a professora citou os materiais que julga ser de interesse e relevância para o aprendizado dos alunos, entretanto deixou de explorar a vivências da criança com o ambiente físico, com brinquedos, brincadeiras e com outras crianças. Ao contrário da professora B que em relação aos recursos utilizados, disse que “inicia o processo de aprendizagem e socialização, utilizando o corpo do aluno explorando-o em sua linguagem oral, dramatizações, jogos, e por fim as cartilhas quando correspondem satisfatoriamente.”

De acordo com Nóbrega (2005) “a gestualidade pode e deve ser tematizado nas diferentes práticas educativas propostas nos currículos e viabilizados por diferentes disciplinas.” Aqui entende-se que a utilização do corpo e sua exploração

para iniciar o processo de aprendizagem são muito importantes. Isso faz com que haja uma maior e melhor integração do aluno com o ambiente escolar, fazendo com que ele se sinta um membro atuante no grupo.

Acompanhando o cotidiano da sala de aula percebe-se que a professora compreende que para a criança com deficiência em processo inicial de aprendizagem o ambiente escolar favorável implica uma série de mudanças, em termos de atitudes, de hábitos e experiências. Por isso procura conduzir o processo de aprendizagem através de experiências corporais até que o aluno seja capaz de situar-se e compreender o ambiente em que está inserido.

As professoras demonstraram compreender as vantagens de diversificar o material didático a ser utilizado em sala. Para essas professoras, integrar os alunos no ambiente escolar não constitui apenas uma rotina de trabalho, mas uma prática pedagógica que considera o início da aprendizagem implica em novas descobertas para o aluno, que certamente refletirão em todo o processo de ensino e aprendizagem.

Considerando os conhecimentos que os alunos trazem ao chegar à escola, a professora A afirma que: “, *algumas crianças chegam sem conhecimento algum , até mesmo sem habilidades em segurar um lápis.*”

Nesse aspecto percebe-se que a atuação do professor nessa aprendizagem inicial deve estar voltada para ampliar o conhecimento e as habilidades que o aluno traz consigo. A professora utiliza os recursos que dispõe e que podem favorecer o desenvolvimento no aluno de todo seu potencial de aprendizagem.

A professora B relata que:

Há crianças que chegam conhecendo algumas letras e até seu nome. Mas a maioria chega com pouquíssimos conhecimentos, inclusive com dificuldades em lidar com os materiais escolares.

Diante da fala da professora entende-se que é necessário o professor ser também alfabetizador, procurando ainda conhecer bem seu aluno, descobrindo em que nível de aprendizagem ele se encontra e partir de suas experiências anteriores desenvolver

Verifica-se a partir desses depoimentos, que o professor se encontra disposto a atender o aluno com deficiência, notando-se que tem conhecimento da importância de seu papel de mediador no processo ensino/aprendizagem, sendo clara sua

presença ativa, respeitando a individualidade da criança, estimulando sempre o desenvolvimento da aprendizagem. Ferreiro (1996, p. 23) afirma que:

Há crianças que chegam à escola sabendo que a escrita serve para escrever coisas inteligentes, divertidas ou importantes. Essas são as que terminam de alfabetizar-se na escola, mas começaram alfabetizar-se muito antes, através da possibilidade de entrar em contato com a língua escrita em seu ambiente familiar. Há outras que necessitam da escola para apropriar-se da escrita.

Complementando a professora A disse observar que *para as crianças de um meio cultural semelhante ao da escola, o seu desenvolvimento será muito mais fácil, porque está em consonância com a cultura da família e do seu ambiente.*

No questionamento relacionado ao papel do professor e da família na aprendizagem das crianças e o que as professoras consideram indispensáveis para a aquisição da leitura nas crianças com síndrome de down, a professora A considera que *“tanto o professor quanto a família devem estimular e a valorizar a criança como ser em potencial, capaz de atingir níveis satisfatórios e até elevados de aprendizagem.”*

Essa professora julga ser importante a participação da família no desenvolvimento da criança, já que ao ser estimulada pela família, inclusive pelo professor, sua aprendizagem geralmente se desenvolve com maior facilidade. A professora B acredita que: existe a preocupação em desenvolver o potencial de cada um, respeitando as diferenças individuais, reforçando os seus pontos fortes e auxiliando na superação dos pontos fracos.

Nesta perspectiva fica claro que o estímulo à aprendizagem deve ser cultivado pelo professor e pela família. A interação entre ambos e o reconhecimento de suas qualidades se tornam indispensáveis para um bom crescimento intelectual da criança, destacando-se a importância do professor conhecer bem seu aluno, para que possa buscar instrumentos e materiais adequados e interessantes que permitam a ele se expressar de várias maneiras e que desperte o desejo de ampliar seus conhecimentos.

Assim a escola precisa aproximar os educandos dos mais variados materiais de leitura principalmente daqueles que contribuem para uma socialização de conhecimentos a serem desenvolvidos continuamente.

Observa-se que somente a efetiva participação dos educadores juntamente com a instituição escolar poderão superar as dificuldades que vão desde os

orçamentos insuficientes ou inexistentes, passando falta de qualificação dos professores, instalações inadequadas, falta de materiais didáticos, até os processos arbitrários de diagnósticos e de classificação. (FONSECA,1995)

As crianças deficientes não são uma ameaça, só porque se pensa que os professores têm de lhes dar mais atenção, são apenas diferentes em determinados aspectos, mas nem por isso deixam de ser parte da população escolar e como tal devem ser tratadas.

O fato é que a proposta de integração, ainda que tenha alertado para a necessidade de inserir o aluno com deficiência no contexto educacional regular, se preocupou exclusivamente com o apoio direto ao aluno, sem intervir sobre o sistema escolar como um todo.

Neste estudo ficou evidente que as professoras são capazes de realizar seu papel para alcançar de intervir favorecendo a aprendizagem, socialização e inclusão do aluno com deficiência, mas nota-se que esse trabalho poderia se desenvolver de forma mais abrangente se fosse colocado à disposição todo um suporte clínico e pedagógico, que certamente contribuiria para que os resultados alcançados na prática fossem ainda melhores.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização da pesquisa verificou-se que no processo da aprendizagem de crianças com necessidades especiais o papel do professor é de suma importância na construção do conhecimento.

Percebe-se que a escola deve se preparar para receber estes alunos e que procura desempenhar seu papel de recebê-los de forma a participarem de todos os projetos desenvolvidos pela escola

Com a participação e o envolvimento dos alunos nas atividades, mesmo que às vezes de forma parcial, os professores demonstrem saber que as limitações não são tantas como se pensa à primeira vista e que as suas práticas e experiências dão conta das situações de aprendizagem. As necessidades de adaptações surgem aos poucos dando ao professor que caminho deve seguir.

Observou-se também que os professores buscam sempre ampliar as vivências e capacidades da criança com deficiência, na medida em que os professores compreendam melhor toda sua capacidade e potencial de aprendizagem.

Percebe-se o empenho das educadoras dentro de suas possibilidades tornar suas práticas meios de e garantir uma oportunidade de aprendizagem igual para todas as crianças, sem valorizar somente o conhecimento que a escola habitualmente valoriza. .

Deve-se estar atento ao fato de não se “encher” uma escola com crianças portadoras de necessidades especiais, meramente por conveniência. Tudo deve acontecer de forma consciente, compatível com as necessidades das crianças e com a escola como um todo”. (FONSECA, 1995)

Constatamos, ainda, que as dificuldades das professoras não estão no trabalho pedagógico com os alunos com deficiência, especificamente, mas com todos eles diante das mudanças da prática escolar exigidas pelos objetivos da proposta de inclusão.

O melhor lugar para se educar as crianças com necessidades especiais é no mesmo local onde todas as outras crianças aprendem, ou seja, na classe regular de ensino. No ambiente da sala de uma classe regular, as crianças portadoras de necessidades especiais apresentarão melhores resultados.

Percebe-se pelas falas que tanto a família, como os professores e as escolas não estão preparados para lidar com problemas de aprendizagem ou com o aluno com deficiência. Entretanto o estudo comprovou que há um comprometimento e disposição para desenvolver um trabalho cada vez mais voltado para atender as diferenças dos alunos com deficiência.

Evidenciou-se nessas classes, que as necessidades educativas especiais não são aquelas apenas inerentes às deficiências visíveis, mas a todos os alunos que apresentam alguma dificuldade de aprendizado.

Apesar das dificuldades para lidar com crianças portadoras de necessidades especiais, como a falta de recursos didáticos, pedagógicos, as professoras mostraram-se comprometidas em contribuir para efetivar a proposta da inclusão dos alunos com deficiência nas classes regulares de ensino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.** 1988

BRASIL. Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. **Educação Inclusiva: Construindo Significados novos para a Diversidade.** Belo Horizonte: SEE, 2002. (Manual Lições de Minas, vol. 22)

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS DEFICIENTES. 1979.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS HUMANOS. 1948.

CANEM, In: VEREDAS/ SEE. **Organização do Trabalho escolar: Organização dos tempos escolares.** Módulo 5, volume 1, 2004.

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial.** Rio de Janeiro:WVA, 1998.

COLL, C. et al. **Desenvolvimento psicológico e educação. Psicologia evolutiva.** Vol. 1 e 3 . Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FERREIRO, E. **Com todas as letras.** 5 ed. Trad. de Maria Zilda da Cunha Lopes, São Paulo: Cortez, 1996.

FONSECA, V. **Educação Especial.** Programa de Estimulação Precoce – Uma introdução às idéias de Feuerstein. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GODOI, A. M. de. **Trabalho escolar com crianças portadoras de Paralisia Cerebral.** In: SUGAHARA, S. M. H. Como Trabalhar Com A Criança Com Paralisia Cerebral Na Educação Infantil. Monografia. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.crda.com.br/tccdoc/66.pdf>> Acesso em 05 de junho de 2010

KELLER, S. In: GUIMARÃES, T. **Educação inclusiva: construindo significados novos para diversidade.**(org.) Belo Horizonte: SEE/MG, 2002.

MANTOAN, M. T. E. **Ensinando a turma toda** - as diferenças na escola. Disponível em: < <http://www.bancodeescola.com/turma.htm>> Acesso em 03 de junho de 2010.

MARTINO, Luiz Mauro. **Sem distinção.** Educação, 35-42. Dezembro, 1999.

MILHAREZI ABUD, M. J. **O ensino da leitura e da escrita na fase inicial da escolarização.** São Paulo: EPU, 1987.

NÓBREGA, Terezinha Petrucia da. **Qual o lugar do corpo na educação? Notas sobre conhecimento, processos cognitivos e currículo.** *Educ. Soc.* [online]. maio/ago. 2005, vol.26, no.91.Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>.Acesso em 1º de maio de 2010.

PEREIRA, M. M. **Inclusão Escolar: um desafio entre o ideal e o real** (2009). Disponível em: <<http://educadoraespecial.blogspot.com>> Acesso em 02 de junho de 2010.

SAILOR, W. In: GUIMARÃES, T. **Educação inclusiva: construindo significados novos para diversidade**. (Org.) Belo Horizonte: SEE/MG, 2002.

SASSAKI, R. K. **A escola para a diversidade humana: um novo olhar sobre o papel da educação no século XXI**. (2002) In: Lições de Minas - Educação Inclusiva: construindo significados novos para a diversidade - V. 22. Disponível em: <http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/index.asp?id_projeto=27&ID_OBJETO=30375&tipo=ob&cp=000000&cb=>> Acesso em 03 de junho de 2010.

SALAMANCA, a declaração de. **Sobre os princípios, políticos e prática em educação especial**.(1994). Disponível em: <<http://www.inf.ufsc.br>> Acesso em 4 de maio de 2010

ANEXOS

ROTEIRO DA ENTREVISTA COM OS PROFESSORES

1. Com você considera o fato de trabalhar numa escola regular, onde estão também os alunos portadores de necessidades especiais e como você trabalha com a educação inclusiva.?
2. Como os alunos do ensino comum recebem os alunos com necessidades especiais?
3. Como se dá o relacionamento dos alunos com necessidades especiais com os outros alunos do ensino regular?
4. Quais os benefícios que você nota nos alunos com necessidades especiais que freqüentam a escola regular?
5. Quais os recursos materiais que você utiliza para desenvolver a aprendizagem das crianças com deficiência?
6. Como você percebe as reações dos alunos perante as dificuldades que encontram?
7. Como você acha que o professor e a família podem influenciar na aprendizagem da leitura dessas crianças?
8. Os alunos que chegam à fase de alfabetização, em geral que conhecimentos trazem de leitura?
9. No seu trabalho com crianças com deficiência o que você considera indispensável para a aquisição da leitura?